

O Brasil no ano que vem: inflação de 50%.

É o número que a missão do Fundo Monetário Internacional está combinando com nosso governo. Junto com a previsão de um crescimento zero ou - 2% para 1983.

O Produto Interno Bruto de 1983 deverá ser negativo em 2%, mas ainda existem perspectivas de que se possa chegar a um crescimento zero da economia. Essa é, segundo uma fonte do governo, a conclusão a que chegaram os técnicos do FMI e as autoridades da área econômica durante as negociações dos últimos dias. Segundo a mesma fonte, se está prevendo que a inflação do próximo ano será de 50%.

O assessor econômico ressaltou que a previsão inflacionária para 1984 depende de uma queda sensível nos índices da inflação do último trimestre deste ano, a ponto de se conseguir um nível mensal, em dezembro, em torno de 5%. O governo, segundo disse, deverá exercer uma drástica contenção dos gastos públicos, além de esperar uma significativa diminuição dos custos de produção, para que a taxa do último mês de 83 sofra uma redução superior a 50% do índice verificado em julho. É justamente mais para o final do ano, afirmou, que estão sendo esperados os maiores efeitos das medidas adaptadas pelo governo no pacote do dia 9 do mês passado — que determinaram reajustes de salário e aluguel com base em 80% do INPC e o tabelamento dos juros bancários.

Este ano

O assessor confirmou a expectativa das autoridades e dos técnicos do FMI em relação à taxa inflacionária deste ano, prevista em 150%, e reconheceu que ela não poderá ser menor em virtude dos altos índices de julho e agosto e dos danos causados pelas enchentes no sul do País.

Os técnicos do FMI passaram todo o dia de ontem trabalhando no Banco Central, conferindo os dados estatísticos fornecidos pelo governo. Hoje, eles se reunirão com assessores econômicos brasileiros e, durante o fim de semana, continuam o trabalho de conferência de números na sede do BC. Para a próxima segunda-feira, está prevista mais uma reunião com os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, além do presidente do BC, Carlos Langoni.

A economista Ana Maria Jul

informou, ontem, que o prazo previsto de permanência da missão de técnicos no Brasil vai até o dia 12, para quando, inclusive, eles têm reserva de passagens para Washington.

O diretor da Divisão Brasil do FMI, Thomas Reichmann, negou-se a comentar possíveis dificuldades que poderiam ser criadas para a assinatura da nova carta de intenções entre o Brasil e o Fundo, caso não seja aprovado pelo Congresso Nacional o Decreto 2.045, do governo, que reduziu a 80% do INPC os reajustes semestrais dos salários. Reichmann disse também que a missão de técnicos que negocia o acordo com as autoridades brasileiras não tem nenhuma previsão do tempo necessário para a elaboração do relatório que será levado ao board do FMI. Lembrou apenas que da análise do relatório depende a liberação dos recursos pleiteados pelo Brasil.

O deputado Magalhães Pinto (PDS-MG) disse, ontem, que embora seja totalmente contra a moratória, está disposto a examinar a medida e, possivelmente, rever sua posição, "se o governo jogar clara e francamente, revelando qual a verdadeira situação do País". Magalhães explicou não ter conhecimento dos dados referentes à situação econômica do País — que permitiriam uma melhor avaliação do problema —, e portanto, não se sente em condições de avaliar de que forma o País poderá pagar sua dívida externa.

"É claro que não temos dinheiro em caixa, mas penso que com nossas potencialidades e algumas medidas na área econômica, a dívida poderia ser paga", observou Magalhães, reconhecendo porém que as providências até aqui adotadas pelo governo com esse objetivo não vêm alcançando resultados satisfatórios.

Magalhães Pinto explicou ser contra a moratória porque é favorável a que as dívidas sejam honradas, porque o credor não pode ser responsabilizado pela forma como o tomador gastou o dinheiro que foi emprestado. "Contudo", advertiu, "o povo não suportará mais nenhum aperto", acrescentando que novas medidas visando conter a inflação devem excluir maior restrição da área social.

Enquanto isso, o senador Luiz Cavalcanti, também do PDS, considerou "um progresso" o fato de o vice-líder do governo no Senado, Murilo Badaró, ter defendido uma moratória de cinco anos. "Eu seria mais radical e pediria maior prazo", frisou o senador Luiz Cavalcanti.

"Séria ofensa"

A Ordem dos Advogados do Brasil distribuiu ontem uma nota oficial onde considera alguns itens do acordo de renegociação da dívida brasileira como uma "séria ofensa à soberania nacional". A seguir, a íntegra da nota:

"O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, reunido em sessão plenária, em São Paulo, no dia 1º de agosto último, apreciando o instrumento jurídico denominado 'Projeto ou Acordo Dois', integrante da renegociação da dívida externa brasileira, resolveu, à unanimidade:

1 — Denunciar à Nação que esse acordo, firmado com credores estrangeiros, contém grave ofensa à soberania nacional, expressamente renunciada no seu texto mediante cláusula que submete sua execução à legislação de um estado norte-americano, sem que o Brasil possa invocar, a qualquer pretexto, suas prerrogativas de País independente.

2 — Conclamar a todos os segmentos da nacionalidade a um profundo questionamento crítico desse acordo financeiro e de quaisquer outros, que contenham o mesmo vício essencial, visando à sua revisão para restaurar a dignidade nacional por eles violada.

3 — Suscitar a inconstitucionalidade desse Acordo Dois, à vista não só da séria ofensa à soberania nacional, mas também de outros aspectos de ilicitude apontados em discussão plenária.

4 — Reservar-se o direito de, oportunamente, recomendar a adoção de outras providências de ordem judicial, inclusive ação popular, que possam anular, como lesivos aos altos interesses da Nação, as cláusulas questionadas como ilícitas ou atentatórias à soberania nacional.

São Paulo, 1º de agosto de 1983
Mário Sérgio Duarte Garcia
Presidente"